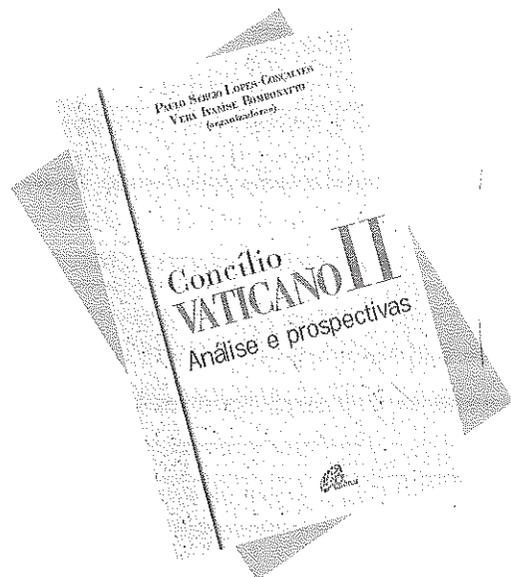


CONCÍLIO VATICANO II: ANÁLISE E PROSPECTIVAS



O Concílio Vaticano II, realizado no período de 1962-1965, constitui, sem dúvida, um marco referencial na história da Igreja católica e na sua relação com a sociedade. Convocou a Igreja a abrir-se aos novos tempos mediante um novo Pentecostes, criou novos paradigmas teológicos e pastorais em substituição aos anteriores pré-modernos e tridentinos.

Quarenta anos depois, a Paulinas Editora convidou pessoas que tes-

temunharam o Vaticano II e acompanharam, de forma ativa e responsável, a caminhada da Igreja no Brasil para refletir sobre o significado deste grande evento e sua incidência na realidade socioeclesial brasileira.

O resultado desta reflexão é agora oferecido ao público condensado nesta obra, que, sem dúvida, é um referencial obrigatório para todos os que desejam conhecer a vida e a missão da Igreja.



A COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

Telemarketing
0800 - 7010081
www.paulinas.org.br

A ECLESIOLOGIA DAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL (CNBB)¹

Dom Odilo Pedro Scherer

INTRODUÇÃO: AS DIRETRIZES NA VIDA DA CNBB

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2003-2006, Paulinas, 2003, Série azul, Documentos da CNBB, nº 72). Daqui por diante, DGAE, representam um esforço do episcopado brasileiro para a realização da pastoral de conjunto. A cada 4 anos, a atuação da Igreja no Brasil é avaliada e confrontada com os novos desafios e necessidades e, então, a CNBB oferece suas orientações para a evangelização em todo o País.

A experiência da elaboração das Diretrizes já vem de longe e começou ainda durante o Concílio Vaticano II: antes mesmo de terminar o Concílio, a Direção da CNBB reuniu-se com vários bispos brasileiros presentes em Roma para estudar a elaboração de um “plano de emergência”. Terminado o Concílio, foi feito o primeiro Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), no qual o objetivo geral da ação pastoral aparecia desdobrado nas 6 dimensões, ou linhas da pastoral: 1. comunitário-participativa; 2. missionária; 3. bíblico-catequética; 4. litúrgica; 5. ecumênica e de diálogo inter-religioso; 6; sócio-transformadora.

¹ Aula inaugural na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, em 10 de fevereiro de 2004.

As 6 linhas, ou dimensões, da ação pastoral da Igreja no Brasil retratavam os principais traços da eclesiologia do Concílio e suas grandes preocupações, expressas nos principais Documentos conciliares: *Lumen Gentium*, *Ad gentes*, *Dei Verbum*, *Sacrosanctum Concilium*, *Unitatis redintegratio* e *Dignitatis humanae* e *Gaudium et Spes*.

De 1975 em diante, a CNBB passou a elaborar Diretrizes Gerais a cada 4 anos. As de 1975-1979 refletiam ainda Plano de Pastoral de Conjunto de 1976-1970; já em 1979, houve uma profunda reformulação das Diretrizes, que incorporaram a preocupação da “evangelização libertadora”.

As Diretrizes sempre tiveram um “objetivo geral”, que sintetiza a proposta pastoral nelas contida; de 1979 em diante, este objetivo geral foi sendo repetido quase sem modificações, até 1991. Naquele ano, a Assembléia da CNBB modificou substancialmente o objetivo geral, em vista das novas circunstâncias e das transformações sociais e culturais pelas quais o Brasil passava.

O esquema das 6 linhas ou dimensões da vida eclesial perdurou e se repetiu nas Diretrizes quadrienais até 1995. A partir daí, as Diretrizes da Ação Pastoral passaram a ser chamadas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”. Não foi mera troca de nome, mas o resultado da tomada de consciência de que não basta a preocupação com a “manutenção” de uma Igreja estabelecida, que exerce sua missão de “pastora” em relação aos fiéis e ao mundo, que conhecem e reconhecem, sem mais, a sua proposta religiosa e ética para a pessoa, a comunidade e a sociedade. De fato, já não se pode supor mais que a proposta da Igreja seja universalmente conhecida e reconhecida na sociedade brasileira; por isso, as Diretrizes passaram a integrar uma preocupação maior com a evangelização propriamente dita.

Foi daí que começaram a aparecer novas ênfases nas Diretrizes e na ação evangelizadora: a inculturação, pela necessidade de “encarnar” mais e melhor a mensagem do Evangelho no diversos contextos culturais; as 4 exigências intrínsecas da evangelização (serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão).

CONTEXTO HISTÓRICO DAS DIRETRIZES DE 2003-2006

As novas DGAE da Igreja no Brasil são as primeiras do século XXI e do 3º milênio cristão. Elas trazem a marca de algumas circunstâncias e fatos específicos, dentre os quais passo a citar alguns.

a) **A celebração do Grande Jubileu do ano 2000.** A CNBB, seguindo o pedido feito pelo Papa a toda a Igreja, tinha feito o triênio de preparação dedicado à Santíssima Trindade, para preparar o Grande Jubileu; as Diretrizes inspiraram o Projeto Nacional de Evangelização – Rumo ao Novo Milênio. Ainda em 1999, a CNBB propôs as Diretrizes para a vida e ação da Igreja no Brasil após a celebração do grande Jubileu de 2000: essas Diretrizes inspiraram o Projeto Nacional de Evangelização - Ser Igreja no Novo Milênio – que ficou em vigor até 2003. Foi uma intuição muito rica da CNBB, que se antecipou no tempo à Carta Apostólica *Novo millennio ineunte*, que vinha logo em seguida.

b) **Carta Apostólica *Novo millennio ineunte*:** A Carta Apostólica – *Novo millennio ineunte* – destinada pelo Papa João Paulo II a toda a Igreja do mundo no final das comemorações do Jubileu de 2000 e no início do 3º milênio cristão; ela deu “diretrizes” para a vida e a missão da Igreja no terceiro milênio cristão e marcou profundamente a Igreja, e também a impositação das Diretrizes novas da CNBB.

O Papa reafirmou os elementos essenciais que devem orientar a vida e a ação da Igreja no 3º milênio: a contemplação do rosto de Cristo, mediante o constante retorno aos Evangelhos, acolhendo n'Ele o Enviado de Deus a este mundo; esta constante referência a Cristo ajuda a Igreja a retomar e aprofundar, sempre de novo, a própria identidade e missão. Da contemplação do rosto de Cristo, toda a Igreja é convidada a “partir novamente de Cristo” para a missão que recebeu dele.

O Papa mostrava também, com traços essenciais, quais devem ser as principais preocupações que devem animar a vida da Igreja: a busca da santidade, a oração, a Eucaristia dominical, a reconciliação, o primado da graça, a escuta e o anúncio da Palavra, o empenho ecumênico, a espiritualidade de comunhão e a renovada “aposta” na caridade. Recordamos o convite incisivo feito a toda a Igreja para “lançar as redes em águas mais profundas”.

c) O censo do IBGE, de 2000 e a evasão de católicos: o recenseamento do ano 2000 revelou que, na última década do século XX, a Igreja católica, no Brasil, perdeu quase 10% dos seus adeptos. Este dado alarmante, que ainda não foi suficientemente estudado e compreendido, pode ser objeto de muitas interpretações; mas não há dúvida que ele questiona fortemente a Igreja no Brasil, e a CNBB não podia ignorá-lo.

Os dados do censo de 2000, relativos à nova configuração religiosa do Brasil, foram estudados e analisados pela PUC do Rio de Janeiro, que produziu e publicou um volume interessante sobre o novo "mapa religioso do Brasil". Após a Assembléia Geral de 2003, a CNBB encomendou ao CERIS uma nova pesquisa sobre o fenômeno do "trânsito religioso"; é preciso entender melhor os motivos desse fenômeno, para discernir melhor sobre as suas conseqüências para a evangelização.

CONTEÚDO E APRESENTAÇÃO DAS DGAE

As DGAE 2003-2006 estão dispostas em 3 capítulos: 1) Missão permanente da Igreja; 2) Novos desafios no início do novo milênio; 3) Diretrizes de ação propriamente ditas. A lógica que perpassa esta organização do texto poderia ser expressa nestas três perguntas: Qual é a missão que a Igreja recebeu de Jesus Cristo? Em quais circunstâncias específicas ela deve realizá-la? Sobre quais objetivos prioritários ela precisa concentrar seus esforços?

Capítulo primeiro: A missão permanente da Igreja é "evangelizar" e este conceito aparece, também, como a primeira palavra do objetivo geral: "EVANGELIZAR, proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, à luz da evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, formando o povo de Deus e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do reino definitivo".

A Igreja existe no mundo para proclamar a Boa-Nova de Jesus Cristo. As DGAE recordam que a Igreja o faz de acordo com o tríptico múnus recebido de Jesus Cristo, profeta, sacerdote e pastor. Assim, toda missão e ação da

Igreja podem ser resumidas nos ministérios (ou serviços) da Palavra, da Liturgia e da Caridade.

Pelo ministério da Palavra, a Igreja exerce a missão profética. As Diretrizes propõem um renovado encontro com a Palavra de Deus, mediante a leitura, a escuta, a acolhida, a prática e o anúncio da Palavra. Sem o intenso e constante anúncio da Palavra, a Igreja deixaria de ser fiel a Jesus Cristo. Desconhecer as Escrituras é desconhecer Jesus Cristo.

Pelo ministério da Liturgia, a Igreja celebra os mistérios de Deus na comunidade eclesial, especialmente pelos sacramentos, e prolonga no tempo, e estende a todos o acesso à obra santificadora realizada por Jesus Cristo. As DGAE pedem uma atenção especial à pastoral litúrgica, especialmente em relação à Eucaristia dominical e o Sacramento da Reconciliação; ao mesmo tempo, que a celebração litúrgica seja intensamente evangelizadora, nutrindo a fé e o empenho missionário dos católicos.

Pelo ministério da Caridade, a Igreja realiza a missão "pastoral" recebida de Cristo; de fato, a essência da vida cristã é o amor, vivido de maneiras muito diversas, quer na vida pessoal, quer no empenho comunitário e social, mas sempre inspirado e orientado pelo amor de Deus e pela caridade de Cristo, bom pastor, que entregou sua vida pela humanidade.

As DGAE recordam que cada um destes 3 aspectos, essenciais e permanentes, da missão evangelizadora da Igreja, devem ser realizados de acordo com as 4 exigências da evangelização: o diálogo, o serviço, o anúncio explícito e o testemunho de comunhão.

Capítulo segundo: Depois de recordar qual é a missão permanente da Igreja, e antes de se ocupar das "diretrizes de ação", propriamente ditas, o texto apresenta brevemente os desafios do início do terceiro milênio cristão: a complexidade da sociedade nos dias atuais; a globalização; a afirmação do individualismo e do subjetivismo; a busca das satisfações imediatas na realização pessoal; o enfraquecimento da política e das organizações sociais tradicionais; o enfraquecimento da família e o fracionamento da vida comunitária; a organização e o desempenho dos movimentos sociais, que se apresentam como um sujeito novo na vida política; o pluralismo religioso, a afirmação do subjetivismo religioso; a busca da religião como um "produto" de consumo,

para resolver problemas e para trazer satisfações imediatas; desafio para a Igreja católica é também a nova configuração do mapa religioso no Brasil, com a diminuição do número daqueles que se reconhecem católicos, o aumento significativo dos que se declaram "sem religião" e o crescimento dos grupos pentecostais e fundamentalistas.

São os principais desafios de um mundo em mudança, dentro do qual a Igreja vive, que influenciam sua vida e que representam o âmbito no qual ela deve proclamar o Evangelho de Jesus Cristo hoje. Naturalmente, em vista da natureza do texto, que é um Documento da Igreja, não se faz nele discussões e análises aprofundadas e amplas de cada uma destas questões; isto fica por conta dos estudiosos e pastoralistas.

Atenção especial é dada às mudanças no campo religioso, no qual também penetra a lógica do subjetivismo e do individualismo: as pessoas são levadas a escolher sua religião, a selecionar as crenças, ritos e normas, conforme mais lhes convém e agrada no momento. Isto explica o crescimento do número daqueles que se recusam a aderir a qualquer instituição religiosa, e a atração pelas práticas esotéricas ("new age").

O fenômeno da globalização, por sua vez, também penetra no campo religioso, que se torna uma espécie de imensa "praça do mercado", bem sortida de ofertas e atrações, por vezes espetaculares, com as quais os grupos religiosos disputam o interesse e a adesão dos "consumidores". É a lógica do mercado, com a oferta variada de "produtos religiosos" a serem consumidos. A religião torna-se uma espécie de "utilidade" para o indivíduo, com pouca repercussão na vida social e com o risco grave da banalização e do descrédito.

Os números do censo de 2000, no tocante às mudanças do "mapa religioso" no Brasil, chamaram muito a atenção, mas ainda não foram suficientemente interpretados; precisamos compreender melhor o fenômeno da "migração religiosa" e o seu significado para a atuação da Igreja católica. De um lado, temos a "desinstitucionalização" da fé e da religião: muitas pessoas, embora se declarando "religiosas", não sentem a necessidade de vincular-se a nenhuma instituição religiosa específica. De outro lado, é inegável que as campanhas vistosas e persistentes das denominações evangélicas produzem o seu fruto. O Brasil ficou menos religioso e menos católico e isto não deve

desinteressar a Igreja Católica e sua atuação evangelizadora e pastoral. Os dados mostram a necessidade de um novo esforço missionário voltado, especialmente, aos católicos que nunca foram evangelizados e "incluídos", adequadamente, na vida eclesial.

Capítulo terceiro: As Diretrizes de ação. É o capítulo mais extenso das DGAE e se concentra sobre três âmbitos de atuação: a) promoção da dignidade da pessoa; b) renovação da comunidade; c) participação da construção de uma sociedade justa e solidária. Para cada um destes âmbitos, são apresentados os desafios específicos, o discernimento a partir da fé cristã e as pistas de ação (ver, julgar e agir). As pistas de ação são apresentadas segundo o esquema das 4 exigências da evangelização (diálogo, serviço, anúncio e testemunho de comunhão), que está em vigor no Brasil desde as Diretrizes de 1995.

No âmbito da pessoa, o grande desafio é o resgate e a construção da identidade pessoal e da liberdade autêntica, numa sociedade consumista e massificadora. O legítimo desejo de liberdade e a afirmação da subjetividade, muitas vezes, se traduzem pela cultura do individualismo e do egoísmo; a tendência consumista faz com que a própria pessoa também seja vista como um "consumidor" e um "objeto de consumo". A fé cristã, no entanto, proclama a dignidade absoluta da pessoa, enquanto esta é chamada a ser filha de Deus. A adesão à Boa Nova de Jesus Cristo fará redescobrir e valorizar a dignidade inalienável de cada pessoa, levando a superar a visão estreita do subjetivismo e do consumismo.

O Evangelho precisa ser apresentado como uma "boa notícia" para cada pessoa e para a promoção de sua dignidade, com especial atenção para aquelas que não têm sua dignidade reconhecida. As pistas de ação, no âmbito da promoção da dignidade da pessoa, aparecem distribuídas pelas 4 exigências fundamentais da evangelização: serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão.

No âmbito da comunidade, o desafio é a busca e a construção de relações sociais mais fraternas e solidárias, num ambiente marcado pela fragmentação do tecido social. De fato, o isolamento dos indivíduos é, ao mesmo tempo, causa e consequência do individualismo; leva à afirmação do egoísmo e ao abandono da pessoa do próximo. A tendência predominante da globalização

leva à massificação das relações humanas, à destruição da família, à perda das relações primárias na vizinhança, na comunidade local, nas associações... E expõe o indivíduo a uma condição de grande vulnerabilidade, ao risco da violência de todos os tipos. Decorre daí o sentido de insegurança, o medo, o isolamento e a solidão. As relações comunitárias precisam ser reconstruídas e humanizadas, para o bem da pessoa.

A mensagem do Evangelho ilumina as relações humanas e comunitárias e oferece os valores para que elas sejam, verdadeiramente, humanizantes. Todos temos a dignidade de filhos de Deus e todos somos irmãos. As relações humanas precisam orientar-se pelos valores éticos e evangélicos do respeito à pessoa, da solidariedade e da fraternidade. As Diretrizes oferecem ricas pistas concretas para a evangelização da comunidade humana através do serviço, do diálogo, do anúncio e do testemunho de comunhão.

No âmbito da sociedade, o grande desafio é a construção de uma sociedade solidária, onde seja superado o escândalo da exclusão, da injustiça e da violência. A sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo! A mensagem de Jesus Cristo precisa ser apresentada como uma “boa notícia” para a sociedade, como luz e força para edificá-la, de acordo com o desígnio de Deus, para que “não haja mais necessitados entre eles”.

Por sua vez, também as múltiplas pistas de ação para a construção da sociedade solidária aparecem agrupadas em torno das 4 exigências fundamentais da evangelização: serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão. As ações devem traduzir-se em iniciativas e práticas solidárias, na promoção de políticas públicas, na participação dos católicos em todos os âmbitos da vida política e nas responsabilidades públicas. Apesar do enfraquecimento e até do descrédito da política, cabe aos cristãos e às comunidades eclesiais incentivar a participação política e o exercício da cidadania, visando não apenas políticas públicas de curto prazo, mas um novo modelo de sociedade – justa e solidária – a médio e longo prazo.

As DGAE valorizaram a experiência pastoral e evangelizadora do passado, no Brasil. Podemos dizer que elas estão numa linha de continuidade com as Diretrizes anteriores e que as grandes preocupações, que fazem parte da nossa experiência pastoral, estão bem retratadas nelas: a eclesiologia de

comunhão, a preocupação social e a dimensão política do ser e do operar cristão, a opção preferencial pelos pobres, o protagonismo dos leigos.

Mas é inegável que nelas aparecem preocupações novas, e nem poderia ser diferente: o tempo e a sociedade mudaram e muitos desafios novos são colocados, hoje, diante da ação da Igreja: a preocupação com a subjetividade, a autonomia das realidades terrestres, a globalização e a tendência ao individualismo, mesmo na escolha e na prática da religião, a evasão de católicos da Igreja Católica e o crescimento dos grupos religiosos pentecostais e dos “sem-religião”; a preocupação com os novos problemas éticos da sociedade e com os decorrentes das recentes pesquisas científicas, das novas tecnologias, bem como o diálogo com o ambiente cultural pluralista e as religiões.

A ECLESIOLOGIA SUBJACENTE ÀS NOVAS DIRETRIZES

Quando nos perguntamos sobre a eclesiologia subjacente às novas Diretrizes, queremos saber qual é a concepção e imagem de Igreja que está presente nelas. Esta é uma preocupação justa do teólogo e do pastoralista; mas, talvez, não foi a preocupação principal da Assembléia dos Bispos, que elaborou e aprovou as Diretrizes. Antes de ser um texto de teologia, propriamente, trata-se de um texto do magistério dos bispos. Por isso mesmo, nelas não aparece um sistema eclesiológico único e orgânico, mas diversas preocupações eclesiais. As principais parecem as seguintes:

a) Fidelidade a Cristo: (eclesiologia cristocêntrica)

As Diretrizes são marcadas fortemente pela Carta Apostólica “*Novo Millennio Ineunte*”, de João Paulo II. Nela, o Papa diz que a Igreja deve “partir sempre de novo de Jesus Cristo e de sua missão”. Com o olhar voltado para Ele, reconhecendo na fé quem Ele é, e qual é sua missão, a Igreja deve reconhecer sua própria identidade, sua razão de existir e partir novamente em missão.

A Igreja não constitui a si própria, por uma espécie de auto-convocação e "pacto social" entre seus membros. Ela é obra da Trindade e se concretiza na história mediante a missão e a ação do Filho, Verbo de Deus encarnado, e a missão e ação do Espírito Santo. Ela nasce do anúncio do Evangelho, como fruto da vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo. A Igreja nasce da missão do Filho e existe para a missão do Filho, Jesus Cristo. Ela se reúne, constitui, pela ação misteriosa e permanente do Espírito Santo.

Jesus Cristo é o único fundamento verdadeiro da Igreja; ela é seu corpo, do qual Cristo é cabeça; ela é a comunidade missionária, na qual Cristo continua vivo e operante, mediante seu Espírito; Ele é o caminho, a verdade e a vida que Deus Pai oferece a todos os homens, de todos os tempos. E a Igreja é instrumento privilegiado para continuar a realizar o projeto de salvação do Pai em relação a toda a humanidade.

Dai é que se compreende por quê o primeiro capítulo das Diretrizes trata da tríplice missão de Jesus Cristo, profeta, sacerdote e pastor: esta missão perpetua-se na história através da vida e da ação da Igreja. É próprio dela organizar sua vida e sua ação evangelizadora em função do tríplice ministério da Palavra, da Liturgia e da Caridade. Assim fazendo, ela estará sendo fiel a Jesus Cristo e à sua missão evangelizadora em relação à humanidade.

b) A missão atual (Eclesiologia do Povo de Deus em missão)

Depois de recordar a referência e o ponto de partida imprescindível para a Igreja no Brasil, as Diretrizes traduzem as preocupações de uma Igreja que se coloca diante da própria missão, no quadro dos imensos desafios permanentes e novos que ela encontra em seu caminho. O olhar voltado para Jesus Cristo ajuda a compreender e orientar corretamente a missão.

O Objetivo geral das Diretrizes começa com a palavra-chave: "evangelizar", ou "proclamar a Boa Nova de Jesus Cristo". O Evangelho de Jesus Cristo é uma "boa notícia" para a pessoa, para a comunidade humana e para a grande sociedade.

As Diretrizes refletem uma constatação fundamental: a evangelização nunca é um processo concluído; sem desmerecer todo o esforço missionário já feito pelas gerações que nos precederam, é preciso aprofundar e retomar este esforço constantemente. Em nosso tempo, cresce a atitude de indiferença em relação à proposta cristã para a vida do homem neste mundo e para sua convivência em sociedade. Além disso, temos a consciência de que muitos batizados nunca foram devidamente evangelizados e têm uma relação apenas superficial, e muito tênue, com a fé cristã e a vida eclesial. Muitos deixam de praticar a fé e se desligam da Igreja e de qualquer prática religiosa; tantos passam para outros grupos religiosos, tantas vezes sem terem conhecido, verdadeiramente, a proposta da Igreja católica. Talvez, porque não lhes foi apresentada adequadamente.

Por isso, de maneira especial, a CNBB se sente desafiada a buscar e propor uma atitude missionária nova e eficaz, da Igreja, em todos os âmbitos. Cada comunidade católica precisa ser uma comunidade missionária; cada católico precisa sentir como feito a si, o envio de Jesus: ide, pregai o Evangelho a toda criatura... "O que recebemos, isto vos transmitimos". Não podemos esperar os frutos da fé e da ação dos católicos no mundo, sem cultivar a planta da fé.

A Igreja missionária das Diretrizes é o inteiro povo de Deus, que é convidado a ser evangelizador através das exigências da evangelização: serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão. Não é algo que compete somente à hierarquia.

c) Fermento para um mundo novo (uma Igreja servidora)

As DGAE, ao mesmo tempo, refletem uma Igreja que se sente servidora do homem e do mundo. Por isso, ela se coloca a serviço das realidades deste mundo, em nome de Cristo e por seu mandato. Não vem para disputar espaços de poder e prestígio com os poderes constituídos. O próprio anúncio do Evangelho é um imenso serviço prestado à pessoa, à comunidade e à sociedade.

Neste sentido, entendemos a preocupação das DGAE pela pessoa e o desejo, nelas expresso, de se colocar a serviço dela, para construir sua verdadeira identidade, levando a sério a subjetividade de cada pessoa; as Diretrizes valorizam a autonomia legítima da pessoa e sua liberdade autêntica e responsável diante da tendência à massificação, que dilui o valor da pessoa e coloca o acento dos valores fora dela, tornando-a escrava do consumismo e do ídolo do grande “deus”-mercado.

As Diretrizes indicam que a atitude da Igreja deve ser a do Samaritano, que se volta e se dobra sobre aquele que está caído à beira da estrada, sem preconceito de qualquer tipo. E são tantos os caídos à beira do caminho em nossos tempos!

Por outro lado, as DGAE propõem a evangelização como um serviço à comunidade humana, na sua base, uma vez que esta é o espaço do reconhecimento da dignidade da pessoa, da atuação de seus direitos e deveres; a comunidade é também o espaço mais concreto e imediato de expressão da genuína liberdade e responsabilidade social de cada pessoa: a família, a vizinhança, o grupo de amigos, a escola, a associação, o clube, o bairro, a cidade, a comunidade local, etc.

A globalização e a sociedade de consumo agem como uma espécie de “rolo compressor” em relação a todas estas organizações sociais na base e às relações humanas primárias. Reconstruir estas relações humanas primárias, de pessoa a pessoa, é indispensável para resgatar e promover a dignidade da pessoa; recuperar os valores básicos da cultura da solidariedade, do respeito à pessoa e à vida, da participação responsável na edificação e na gestão do bem comum, no zelo pelos bens da natureza, dom do Criador: tudo isso é parte do trabalho evangelizador e da atitude servidora da Igreja no mundo.

d) O anúncio da esperança (uma Igreja profética)

A Igreja, que se expressa nas Diretrizes, entende-se como comunidade enviada ao mundo para proclamar a esperança. Ao mesmo tempo em que, à luz da Palavra de Deus, ela faz um juízo crítico sobre as realidades nas quais

ela está inserida, a Igreja é animada por uma atitude construtiva e convida a todos a abraçar esta atitude. Ela não apenas sente que é seu dever denunciar aquilo que está destruindo a identidade e a dignidade da pessoa, da comunidade e da sociedade, mas, também, oferece as luzes e orientações para aquilo que pode resgatar e assegurar a dignidade da pessoa, sua vida em comunidade e sua participação na construção da sociedade justa e solidária.

Neste sentido, as DGAE mostram uma Igreja que se sente parte interessada no bem da sociedade humana, e tenta fazer a sua parte para dar sentido e esperança à vida do homem neste mundo. Mais ainda: A Igreja é portadora da mensagem de esperança escatológica para o homem – “a caminho do reino definitivo” - e isto dá sentido às suas buscas e anseios neste mundo, orientando-as para horizontes de realização que seriam humanamente impensáveis. A Igreja, apoiando-se na Palavra de Deus, está orientada pela esperança radical da realização plena dos justos anseios humanos.

Por isso, enquanto é a “esperança teimosa” que anima a Igreja, o “reino definitivo” é também o critério radical para julgar todos os “reinos da terra”; a Igreja não se conforma com respostas paliativas ou pragmáticas, quando não claramente ilusórias, para as grandes interrogações e anseios humanos, sobretudo quando não são respeitadas e justas para com cada pessoa, especialmente para com os pobres e pequenos deste mundo.

Por isso, as Diretrizes são um convite ao engajamento de todos os cristãos católicos para “participarem da construção da sociedade justa e solidária”, e para darem esperança aos deserdados desta mesma sociedade, dando-lhes, também, motivos para acolherem o Evangelho, como “boa notícia” para eles, para a comunidade humana e para toda a sociedade.

Dom Odilo Pedro Scherer é Doutor em Teologia.
É Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, Região Santana,
e Secretário Geral da CNBB.